

## "Se a Polícia Federal fosse controlada pelo governo, teria silenciado desde o começo das investigações. Foi a polícia que levantou a questão."

Do jurista Dalmo de Abreu Dallari, professor aposentado da USP, que discorda da tese de que a PF sofreu influência do Planalto, no caso da apuração da responsabilidade pela tentativa de compra de um dossiê contra o tucano José Serra por integrantes do comitê de campanha de Lula.

# O fato e o mérito



MARIA CLARA R. M. DO PRADO

As discussões em torno do primeiro turno das eleições presidenciais no domingo — infladas pelas mais recentes suspeitas de irregularidades — revelam o acirramento da briga pelo poder ditada pela divergência de interesses dos vários grupos políticos. Isso é normal em situações de plena vigência do regime democrático.

Mas, ao contrário do que querem fazer crer alguns analistas, o país não está, desta vez, dividido. Basta olhar para o que têm apontado as pesquisas de intenção de voto: persistentemente, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva aparece próximo dos 50% das indicações levantadas. Tem sido até aqui o preferido da maioria dos brasileiros aptos a votarem, uma situação muito diferente das eleições de 1989 quando o país ficou efetivamente dividido. E que ninguém de iluda: a causa da preferência por Lula tem a mesma raiz que ajudou Fernando Henrique Cardoso a se eleger presidente no primeiro turno das eleições em 1994. É mais renda no bolso dos pobres.

A estreita relação entre o aumento da renda das camadas mais baixas da população e a preferência desses eleitores pelo político ou partido associado com

o benefício da melhoria do padrão de vida não é novidade no Brasil. Foi constatada pela primeira vez nas eleições de 1986, beneficiando o PMDB do plano Cruzado. A relação tende a ser maior quanto pior for a distribuição de renda.

A discrepância na distribuição de renda ajuda a explicar por que as denúncias que envolvem mensalões, sanguessugas e dossiês têm tido peso secundário na decisão eleitoral dos mais pobres. É que para as famílias que vivem de salário mínimo ou com menos do que isso vale mais ter uma soma maior de reais no bolso do que políticos idôneos no poder.

Os efeitos das iniciativas adotadas no governo Lula em favor das camadas de renda mais baixa está retratada no recente trabalho "Miséria, Desigualdade e Estabilidade: o Segundo Real", de autoria da equipe do Centro de Políticas Sociais da FGV do Rio, sob a coordenação de Marcelo Néri. Mostra a mudança observada na taxa que mede a miserabilidade do povo brasileiro. Caiu de 28,17% da população total em meados de 2003 para 22,77% da população em meados de 2005. Para o corte da miséria, o FGV considera a parcela da população com renda per capita inferior a R\$ 121 a preços atuais da Grande São Paulo, ajustada por diferenças regionais de custo de vida.

Em dez anos, foi o segundo grande movimento de redução da miséria no país. O primeiro, sabe-se, foi estimulado pelo Plano Real e o câmbio valorizado que sustentou a estabilidade. Os efeitos

da melhoria de renda atingiram então todas as camadas. No extremo mais baixo, a população miserável caiu de 35,31% do total em meados de 1993 para 28,79% em meados de 1995, mas a renda manteve-se igualmente má distribuída.

A diferença desta vez — resultado, de novo, do efeito cambial sobre a queda da inflação, do expressivo reajuste real do salário mínimo e de outros benefícios diretos como a Bolsa Família e o crédito consignado — é que o aumento da renda dos mais pobres tem sido acompanhado de melhoria da distribuição de renda.

O estudo desagrega a população em três níveis de renda em 2005: os 10% mais ricos com 45,1% da renda per capita, envolvendo a média de R\$ 1.877,00; os 40% da população intermediária com 40,8% da renda, com média de R\$ 440,00; e os 50% mais pobres que detêm 14,1% da renda nacional, com média de R\$ 123,00.

A abordagem revelou que entre 2003 e 2005 a faixa de renda mais baixa foi a que mais ganhou. Teve crescimento médio anual de 8,4% na renda, contra 3,7% de aumento da renda dos 10% mais ricos e de 4,9% do grupo intermediário de renda. Os resultados foram favorecidos pelo crescimento de 4,8% do PIB observado em 2004.

A forma como a política social tem sido implementada é, sem dúvida, questionável. Néri destaca que os avanços surgiram ao custo do crescimento de 10% do PIB da carga tributária entre 1995 e 2005, puxada para 38% do PIB, sem falar no aumento da dívida pública inflada pelas

altas taxas de juro real. Tudo isso torna o mérito das iniciativas discutível. O que não é passível de dúvida é a evidência dos números que acusam melhoria de vida dos mais pobres e que têm favorecido Lula na disputa eleitoral.

Concluída essa etapa, outro mundo terá de ser enfrentado pelo próximo presidente, qualquer que seja. Estará politicamente limitado no campo da tributação que tem alimentado o esbanjar das despesas públicas, incluindo as de caráter social.

Vale, aqui, um parêntese. Trata-se do efeito que a própria política de transfe-

**Para as famílias que vivem de salário mínimo, ou com menos do que isso, vale mais ter uma soma maior de reais no bolso do que políticos idôneos no poder**

rência de renda tem tido sobre o aumento da arrecadação fiscal. Todo o punhado de bondades do governo Lula a favor dos mais pobres explica em boa parte o aumento do consumo das famílias, em ascensão desde o final de 2003.

Pelos dados de indicadores antecedentes, técnica desenvolvida pelo economista Cláudio Contador há 30 anos, o consumo das famílias deve aumentar este ano em torno de 4%, ajudando a impulsionar as vendas do varejo, cujo volume tende a crescer 7%, com o mesmo fôlego até o final do primeiro semestre de 2007.

Isso garantiu mais ICMS. Em 2005, o aumento real (descontado o IGP) foi de 5,8% e continuará se expandindo à taxa anual de 6% a 8% até 2007. A arrecadação de outros impostos indiretos também é positivamente afetada com a política de colocar mais dinheiro no bolso dos mais pobres. Talvez Néri e sua equipe possam medir qual foi o aumento da renda efetiva dos mais pobres, descontado o efeito altamente regressivo dos impostos sobre os bens de consumo.

O PIB não vai ajudar nos próximos meses. Os indicadores antecedentes de Contador apontam para uma variação do PIB na faixa de 2,2% a 2,6% para 2006, ritmo que deve persistir no primeiro semestre de 2007.

A inflação baixa é o principal fator a manter no início do ano que vem a melhoria da renda dos mais pobres. Contador prevê que o IGP-M deve variar mais significativamente nos próximos meses, mas o efeito cambial (pressupõe taxa em torno de R\$ 2,10 por dólar) tende a estabilizar o núcleo do índice em 0,6% ao mês a partir de abril de 2007. Às custas do câmbio, o IPCA ficará baixo para alegria dos consumidores em geral. Até quando o câmbio aguentará? É uma das questões por detrás das discussões eleitorais.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, é sócia diretora da Cin — Comunicação Inteligente e autora do livro "A Real História do Real". Escreve quinzenalmente, às quintas-feiras. E-mail: mclaraprado@ig.com.br

## Cartas de Leitores

Correspondências para Av. Jaguaré, 1.485, CEP 05346-902 - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

### Bradesco

"Recebi com satisfação a carta trazendo a notícia de que o Bradesco conquistou o 2º lugar na pesquisa 'As Melhores na Gestão de Pessoas', entre as companhias acima de 10.000 funcionários, realizada pelo Hay Group. Sentimo-nos orgulhosos e honrados. E, sem dúvida, mais um importante incentivo à filosofia que adotamos na condução de nossa política de Recursos Humanos."

SÉRGIO SOCHA

Diretor executivo de comunicação do Bradesco

### Copagaz

"Obrigado pela comunicação de que mais uma vez a Copagaz ficou em 1º lugar na pesquisa 'As Melhores na Gestão de Pessoas', para empresas entre 501 e mil funcionários. A pesquisa, realizada em conjunto pelo Hay Group e pela revista Valor Carreira, aumentam em muito o valor do prêmio para nós da Copagaz e nos fazem ter certeza de que nossas preocupações em proporcionar as melhores condições possíveis para as pessoas que trabalham aqui é a principal razão para o nosso sucesso."

UEZE ZAHKAN

Presidente do Grupo Zahran

### Estagnação e decadência

"Gostaria de agradecer a contribuição de Carlos Lessa para o entendimento dos problemas de nosso país no artigo publicado na edição do dia 27 no Valor. Quando Lessa aponta o desemprego na juventude, as famílias uniparentais, a gravidez precoce e o crescimento do crime como consequências da nossa estagnação econômica, está evidenciando fatores que nos permitem entender a gravidade da pobreza no Brasil. Ela não está apenas num crescimento médio do PIB, mas na privação de capacidades, onde os próprios meios para desenvolver-se pessoalmente e melhorar de vida são escassos."

GUSTAVO CALDAS

gustavo.caldas@unibanco.com.br

### Correção

Diferentemente do que foi publicado na página C10, da edição do dia 26 de setembro de 2006, o Banco Modal não captou US\$ 30 milhões com a taxa de 2% ao ano pelo prazo de seis anos, mas sim de 2% ao ano sobre a Libor pelo prazo de seis anos.

Diferente do que foi publicado na seção Curtas da edição do dia 27/09, na página D6, as inscrições para o processo de seleção de trainees da CSU CardSystem terminam no dia 27 de outubro e não no próximo dia 27 de setembro. Os candidatos devem ter inglês avançado e terminado o curso de graduação entre dezembro de 2004 a dezembro de 2006.

# Um triângulo inédito

A China converteu-se em um dos principais sócios comerciais da maioria dos países latino-americanos. Por Javier Santiso

Os anos 1990 tiveram sua bolha tecnológica. Nos anos 2000 essa bolha é asiática. Como em bons champanhas, pode ser que essa bolha não se dissipe tão rapidamente e a bebedeira dure mais do que o usual.

A razão é simples: a bolha chinesa é muito mais real do que virtual. Sua repercussão econômica é palpável em todos os cantos do mundo, como assinalado pela OCDE em uma série de estudos recentes que mostram o impacto do gigante asiático, por exemplo na África e na América Latina. Ver, por exemplo, sobre a África, Andrea Goldstein et al, em "The rise of China and India: what's in it for Africa?", Paris, OECD Development Centre Series, 2006; e, sobre a América Latina, Jorge Blázquez, Javier Rodríguez e Javier Santiso, "Angel or Devil? China's impact on Latin America", OECD Development Centre, Working Paper, 252, junho de 2006. Em toda a Europa e nos EUA, osismógrafos empresariais também estão registrando continuamente essa China tectônica.

Vinte anos atrás, as relações entre a América Latina e a Ásia eram escassas. É verdade que o Japão e a Coreia do Sul tinham alguma presença comercial e industrial, em especial no Brasil e nos países latino-americanos banhados pelo Pacífico. Mas ao longo deste novo milênio temos assistido a um espetáculo pânico nessa relação Sul-Sul entre os dois continentes, da mão (in)visível de um novo ator mundial: a China.

Em apenas dois anos, esse gigante asiático converteu-se em um dos principais sócios comerciais da maioria dos países latino-americanos. Pela primeira vez na história econômica recente da região, a América Latina pode gozar não apenas de um, ou de dois pontos de apoio internacional, mas de três: até os anos 1980, os EUA eram o principal ponto de apoio comercial e industrial da região; durante a década de 1990, a Europa converteu-se novamente em um ponto de apoio, essencialmente industrial e financeiro, mediante enormes investimentos das empresas europeias e espanholas em particular; na década de 2000, estruturou-se um terceiro ponto de apoio com a emergência da China como sócio comercial.

Nessa recomposição em escala global, está se desenhando um triângulo inédito no qual a Espanha pode desempenhar um papel chave. Os enormes investimentos dos grupos espanhóis na América Latina os convertem em inter-



locutores de primeiro escalão para as empresas chinesas que buscam expandir negócios nas Américas.

Alguns bancos espanhóis compreendem perfeitamente esse potencial. Uma instituição como o BBVA, que se converteu em 2005 no líder mundial de operações de financiamento de comércio exterior, está agora armando uma rede através de toda a Ásia — de Shanghai a Mumbai. Essa estratégia não pode ser mais acertada, num momento em que estão em crescimento explosivo os fluxos comerciais entre a China e a América Latina. E, além disso, o ímpeto investidor das multinacionais emergentes chinesas a coloca também em uma posição idônea para intermediar essas dinâmicas corporativas visando a América Latina.

Mas o foco do BBVA na Ásia não se restringe aos fluxos comerciais, como assinala o acordo concluído com o primeiro banco chinês em 2006 (Banco da China) para canalizar o envio de remessas dos chineses estabelecidos nos EUA para seu país de origem. Esse acordo em breve será estendido a outros países com importantes comunidades chinesas na Ásia, mas também na Europa e na América Latina, em especial no Peru. No total, rumo à China afluem 8% do total das remessas de emigrantes mundiais, um montante equivalente a mais de US\$ 12 bilhões de dólares.

Um exemplo também notável é o da Telefônica. Esse grupo deu passos muito significativos no tempo. Abriu uma agência em 2005. Pouco tempo depois adquiriu 5%

da China Netcom por pouco mais de US\$ 500 milhões. Em 2006, a filial em telefonia celular firmou acordos com os principais fabricantes chineses de equipamentos para telecomunicações (Huawei Technologies e ZTE). Mais interessante, porém é que o grupo espanhol impulsionou o desembarque de uma multinacional chinesa na América Latina, mediante um acordo com a Huawei. Atualmente essa empresa fornece produtos para todas as unidades da Telefônica na América Latina.

**Multinacionais brasileiras mostram que o mercado chinês é alcançável não só para a soja e o ferro, mas para produtos de maior valor agregado**

A China continuará em destaque nas manchetes. Os viajantes continuarão deslumbrados diante da modernidade vertical de Xangai, e os empresários ocidentais diante dessa oficina mundial que se converteu no obscuro objeto de desejo de suas multinacionais.

Igualmente, para muitas empresas latino-americanas, começando pelas brasileiras, a China se apresenta como uma grande oportunidade. Os contratos recentemente firmados pela Embraer, depois de anos de esforços, mostram que a paciência é sempre recompensada. A audácia de grupos como a CVRD, outra das grandes multinacionais latinas que estão emergin-

do em escala mundial, em comprar a canadense Inco, também revelam que o tropismo asiático, e chinês em particular, não são meros discursos acadêmicos.

Assim como as empresas espanholas firmemente estabelecidas na América Latina podem ser um vínculo com a China, as multinacionais brasileiras poderão desempenhar também um papel crucial na vinculação de ambas as regiões. Elas têm a dimensão e agora a audácia de buscar investimentos e sócios comerciais nas regiões mais remotas do mundo, como revelam ano após ano empresas como a agroindustrial Sadia, a empresa de ônibus Marcopolo e a WEG, a maior indústria de motores elétricos da América Latina. Todas elas mostram que o mercado chinês é alcançável não apenas para a soja e o minério de ferro brasileiros, mas também para seus produtos de maior valor agregado.

Em 2008, a China celebrará os Jogos Olímpicos. Então falaremos mais que nunca do dragão. Com essa competição esportiva, a dissolução acelerada dos equilíbrios herdados do século XX continuará. Para a Europa e a América Latina, porém, a mensagem repercutirá ainda mais vigorosamente: as duas regiões continuarão participando dessa nova era de globalização conduzidas também pela mão (in)visível da China.

Javier Santiso é economista-chefe e diretor adjunto do Centro de Desenvolvimento da OCDE. Autor de "Latin America's Political Economy of the Possible: Beyond Good Revolutionaries and Free Marketeers", Cambridge, Mass., MIT Press, 2006.